

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA:
as relações de poder no telejornalismo
regional paranaense a partir da temática
da violência/segurança

Hendryo André*
João Somma Neto†

Faculdades Integradas do Brasil
Universidade Federal do Paraná



2014

Índice

Introdução	3
1 Discussão sobre gêneros de telejornais	8
2 Monitoramento de telejornais	12
3 Algumas observações	14
3.1 Telejornais opinativos: Cidade na TV, Programa 190 e Boa Tarde Paraná	15
3.2 Telejornais polifônicos do horário do almoço: Paraná TV e Jornal Mercosul	17
Considerações	18
Referências	20

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa que procurou identificar formações discursivas que envolvam os usos da violência/segurança em nove telejornais regionais paranaenses¹, com base no trabalho de monitoramento desenvolvido em conjunto com graduandos da disciplina optativa “*Comunicação e Política: as relações de poder no telejornalismo*”. Buscou-se, além de apontamentos de resultados alcançados com a prática da observação de telejornais, o compartilhamento da experiência de docência atingida por tal projeto, com o intuito de incentivar práticas pedagógicas similares.

Palavras-chave: telejornalismo, monitoramento, violência, segurança, ensino.

*Professor das Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil). Mestre em Comunicação e Sociedade pela UFPR, email: hendryo_aa@yahoo.com.br.

[†]Professor de Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFPR, email: jsomma@ufpr.br.

¹Foram monitorados os seguintes telejornais: Cidade na TV e Programa 190 (CNT); Paraná TV (RPC TV) e Ó TV Jornal (Ó TV); Boa Tarde Paraná e Band Cidade (Band); RIC Notícias (RIC TV); SBT Paraná (SBT) e Jornal Mercosul (Canal 21).

Introdução

O OBJETIVO central do presente trabalho é averiguar como se forma a teia de relações de poder no interior do campo do telejornalismo regional paranaense, sob a perspectiva trabalhada no curso “*Comunicação e Política: as relações de poder no telejornalismo*”², disciplina optativa ministrada para as três habilitações (Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas) do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR) durante o primeiro semestre de 2011³. Além disso, há ainda a intenção de destacar aspectos positivos e negativos da experiência que auxiliem no desenvolvimento futuro de práticas que envolvam monitoramentos.

Para atingir êxito na proposta visa-se abordar aspectos trabalhados na disciplina e, na sequência, esmiuçar algumas considerações sobre o monitoramento dos nove telejornais, a partir das *formações discursivas* relativas às temáticas da violência e da segurança. Como os discursos são dispersos por natureza, porque são enunciados de forma fragmentada, foi necessário buscar subsídios para criar uma *regularidade* entre tão diferentes produtos televisivos, transformando-os numa esfera discursiva comum (Brandão, 2004: 32-33).

A saída encontrada foi o recorte em materiais que trabalhassem com a violência/segurança, não apenas por serem abordados em todos os telejornais, mas por conta de as matérias pertencentes a essas temáticas refletirem de forma aguda a sensação de insegurança pela qual passa a sociedade brasileira, a partir da percepção de *cultura do risco*⁴ her-

² Disciplina optativa com 30 horas/aula, ministrada no segundo semestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011. Os resultados deste artigo contemplam apenas o trabalho desenvolvido com a segunda turma, experiência que serviu como estágio de docência de um dos autores.

³ Ficam os sinceros agradecimentos aos discentes que auxiliaram no processo de monitoramento: Aline Oliveira, Aline Horn, Allexandra Monteiro, André Nunes, Angélica Carvalho, Arielly Moura Grande, Carlota Xavier, Claudia Pacheco, Ester Athanásio, Felipe Renan, Felipe Ribeiro, Fernanda dos Santos, Giovanna Jambersi, Guilherme Bento, Guilherme Mattar, Helen Anacleto, Leonardo Muller, Marcela Varasquim, Patrícia Kloss, Phillipe Trindade, Stephanie Dornelas, Tatiana Bocardo, Thaís Stival, Valéria Favarin, Verônica Bueno e Vinicius Nogueira.

⁴ Segundo Robert Castel (2005), para que ao menos os fundamentos da democracia pudessem ser exercidos pelas sociedades modernas foi necessário romper com o paradigma do direito do estado sobre o indivíduo. Dessa forma, a noção weberiana

dada por Robert Castel (2005: 09) de que é a própria procura incessante pela proteção que provoca um contexto de *desconfiança* (que invariavelmente influencia as técnicas de produção utilizadas pelos produtores do campo do telejornalismo). Assim, mesmo em sociedades consideradas muito seguras – como são as modernas, com diversos mecanismos de proteção ao indivíduo detentor da propriedade, quase sempre ligados ao campo da tecnologia, é bem verdade – o *medo* prepondera. Isso, sem dúvidas, além de explicar o “fetiche” por políticas de encarceramento das *classes perigosas*, fomenta ideia de que

a repressão dos delitos, a punição dos culpados, a busca de uma ‘tolerância zero’, que corre o risco de ter de aumentar o número dos juízes e dos policiais são certamente curto-circuitos simplificadores em relação à complexidade do conjunto dos problemas levantados pela insegurança (Castel, 2005: 57).

Tendo em mente que a televisão é uma instituição social, já que é integrante de 95% dos lares brasileiros (IBGE, 2008), a concepção de *realidade violenta* propagada está no imaginário social e não exclui

de violência legítima, a qual frisa que “o Estado Moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão” (Weber, 1968: 62), perde espaço para o Estado de Direito. Castel (2005: 22) alega que a propriedade passa a garantir a autonomia dos atores sociais que, por conta disso, têm direito à participação política: “Nesta configuração, a proteção das pessoas é inseparável da proteção de seus bens. Seu mandato vai do exercício da justiça e da manutenção da ordem social fundada na propriedade, se for necessário mobilizando, ‘em caso se força maior’, meios militares ou paramilitares”. Assim se consolida o Estado de Direito e junto com ele crescem dois tipos básicos de proteção: a civil e a social, cada uma delas ligada aos dois grandes paradoxos das revoluções burguesas, respectivamente, liberdade e igualdade. Nesse contexto o liberalismo se fortaleceu, muito embora tenha como grande incoerência a não inclusão daqueles indivíduos que não possuem nenhuma propriedade e que, conseqüentemente, não são assegurados. “A insegurança social não alimenta somente a pobreza. Ela age como um princípio de desmoralização, de dissociação social à maneira de um vírus que impregna a vida cotidiana. Dissolve os laços sociais e mina as estruturas psíquicas dos indivíduos. (...) Tal é a face sombria do Estado de direito. Ele deixa ‘ao Deus dará’ a condição daqueles que não têm os meios de assegurar sua existência pela propriedade” (Castel, 2005: 31).

alvos. A grande oferta de espaço à violência urbana cria uma sensação de impotência frente à crueldade, de modo que o telespectador tende a transitar do *perigo real ao imaginário*, talvez, o mais avassalador.

Justificada a opção por relacionar comunicação e política com violência/segurança é fundamental ressaltar que desde os pioneiros estudos, no início de século XX, o campo da comunicação sempre esteve atrelado ao da política⁵, o que sugere para o fato de que reinvenções do primeiro respinguem sobre o segundo e vice-versa. Assim, ouve-se com certa lamúria a ideia de que enquanto as comunicações passam por um processo de *revolução* a política sofre uma verdadeira *crise* institucional. Isso modificou os papéis dos dois campos, pois, se por longo tempo a comunicação foi tida como uma mera ferramenta de *fazer política*, as áreas agora devem ser vistas como complementares.

No contexto da globalização do capitalismo e da proliferação das doutrinas liberais, a fase de ufanismo das comunicações, fundada pelos *mitos*⁶ da *interatividade* e da *democracia eletrônica*, auxilia na organização do cotidiano dos indivíduos, em função do estabelecimento de mudanças nas relações de sociabilidade e, tão importante quanto, criação de novos significados para a política. No Brasil, a televisão, como meio de maior alcance, é ainda a principal responsável pelos rearranjos

⁵Rubim (2000) cita como prova da coesão entre esses dois campos o próprio surgimento dos estudos em Comunicação nos Estados Unidos, a partir da década de 1920. O debate entre Walter Lippmann e John Dewey sobre opinião pública, os estudos dos efeitos da propaganda de guerra iniciados por Lasswell e, por fim, as pesquisas sobre o papel de mediação dos líderes de opinião nos debates políticos, elaborado por Lazarsfeld, são exemplos emblemáticos dessa ligação entre os campos. Lima (2003: 35) ratifica essa ideia ao destacar que “muitos daqueles considerados fundadores da pesquisa no campo de estudos trabalhavam diretamente para o governo americano e buscavam respostas para as necessidades de propaganda político-ideológica dos Estados Unidos (...) ou tentavam viabilizar as emissoras comerciais de rádio (e depois de televisão) no mercado competitivo das verbas publicitárias desenvolvendo, em parceria com universidades, a pesquisa comissionada pelos anunciantes”.

⁶Utiliza-se como referencial para tal afirmação, o excerto de Martin-Barbero (2001: 31): “A fascinação tecnológica, aliada ao realismo do inevitável, produz densos e desconcertantes paradoxos: a convivência da opulência comunicacional com a debilidade do público, a maior disponibilidade de informação com a deterioração palpável da educação formal, a explosão contínua de imagens com o empobrecimento da experiência, a multiplicação infinita dos signos em uma sociedade que padece do mais déficit simbólico”.

políticos e, por isso, é vista com zelo por todos aqueles que disputam o poder político e econômico.

O conceito do *príncipe eletrônico*, de Octávio Ianni, ganha relevância nessa interpretação por trazer aspectos que fogem da concepção de dominação plena imposta pela *Teoria Hipodérmica*⁷, desenvolvida no contexto funcionalista:

(...) uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo (Ianni, 2003: 148).

Assim, a TV, como espaço de manifestação do *príncipe eletrônico*, deve ser considerada como participante e construtora da realidade social. Jesús Martín-Barbero (2001: 26) complementa essa noção ao frisar a dicotomia entre caráter impositivo do meio e as influências que ele recebe dos grupos sociais (sobretudo, os hegemônicos) por ser, ao mesmo tempo, um “*sofisticado dispositivo de moldagem e deformação do cotidiano e dos gostos populares e uma das mediações históricas mais*

⁷Segundo Lúcia Santaella (2001: 32), essa teoria foi criada com o objetivo de responder quais as influências que os meios de comunicação de massa tinham sobre a sociedade. A Teoria Hipodérmica foi “calcada em uma visão da audiência como uma massa amorfa, que responde cegamente aos estímulos dos meios” e que, portanto, era dominado sem oferecer qualquer processo de resistência. Um dos primeiros pesquisadores da comunicação de massa, H.D. Lasswell desenvolveu o modelo da “agulha hipodérmica”, cujo aspecto principal seria “um efeito direto e indiferenciado sobre indivíduos isolados” (Ibid.). Essa corrente de estudos torna-se questionável a partir do momento em que interpreta a condição durkheimiana de fato social ao extremo. O próprio Durkheim (2007: 13) alega que a definição de fato social não significa corte da individualidade do sujeito, tanto é que se dá a partir da coerção. Assim, “é fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais”.

expressivas de matrizes narrativas, gestuais e cenográficas do mundo cultural popular”.

No Brasil, o papel desempenhado pela Rede Globo, desde o seu surgimento oficial, em 1965, cria diversos diálogos entre os dois campos de poder – o que oferece um rico material, tanto bibliográfico quanto eletrônico, para se trabalhar em sala de aula. Venício de Lima, ao analisar o período de abertura política, iniciado a partir de 1978, lança mão de uma interessante discussão sobre a incapacidade dos modelos teóricos explicarem as relações entre política e televisão. Para o autor, tanto o paradigma *liberal clássico* quanto o *marxista-instrumental* não oferecem subsídios suficientes para explicar a relação entre o governo militar e a maior emissora televisiva do país que, apesar da abertura política, *omitiu, promoveu e distorceu* casos importantes da agenda política nacional (entre 1982 e 1985) e, mais tarde, ao perceber a iminente derrocada do regime, passou a apoiar a democracia.

Para Lima (2003), as pesquisas sustentadas pelo modelo liberal clássico frisam a autonomia dos meios de comunicação em relação ao estado, porque por essência enfatizam “a ‘*relação de trabalho*’ existente entre a mídia e o governo, a *questão do controle governamental e a questão da censura*”, de modo que os veículos se colocam como cães de guarda (watchdogs) da sociedade. Já a vertente marxista-instrumental reforça a concepção da “*mídia como instituição controlada e dominada pelo Estado capitalista*” (Lima, 2003: 143), o que reduz os objetivos dos meios de comunicação à “*dominação ideológica e [ao] lucro*” (Ibid.).

A explicação para a mudança de postura da Rede Globo (assim como, anteriormente, o apoio incondicional ao regime mesmo após o início do processo de abertura), segundo Lima (2003: 145), é o fato de que o poder político se apóia “*na força de uma visão de mundo, num sistema de pressupostos e valores sociais aceitos como ‘senso comum’ que legitimam a distribuição de poder (hegemonia)*”. O autor complementa o raciocínio ao resumir à função da emissora durante o regime:

Do ponto de vista econômico, foi indispensável o papel da Rede Globo na integração de um país de dimensões continentais, via integração de seu mercado consumidor. Do ponto de vista político, a programação da Rede Globo foi indispensável como portadora de uma mensagem nacional

de otimismo desenvolvimentista, fundamental para dar sustentação e legitimação à hegemonia do autoritarismo (Lima, 2003: 161).

É claro que além desses aspectos há que se destacar também o sistema de implantação, funcionamento e operação da TV no Brasil, que se estabelece a partir de concessões do Estado para a iniciativa privada que explora comercialmente as principais redes do país. Não é possível dissociar, então, os meandros da política que configuram o modo em que opera o poder público, numa ligação estreita com os interesses de determinados grupos econômicos interessados em estruturar e colocar no ar emissoras que carregam para si grande volume de recursos financeiros, quer mediante publicidade privada, ou propaganda governamental oriunda das instâncias federal, estaduais e municipais. Essa vertente foi abordada em um dos encontros da disciplina, embora o foco tenha sido na compreensão de como que determinadas visões de mundo se consolidam dentro de um telejornal. Para atingir tal intenção, o plano de ensino requereu um espaço de dedicação aos gêneros e às técnicas às quais se enquadram os telejornais. Assim, optou-se por monitorar telejornais de cunho regional, visto a escassez de trabalhos com essa característica em território paranaense⁸.

1 Discussão sobre gêneros de telejornais

No item anterior houve a preocupação de trabalhar a televisão a partir de uma concepção de produção de sentidos, ou seja, considerando-a como participante e construtora da realidade social e, portanto, política por essência. Agora, o foco está no uso das técnicas de produção para a obtenção dessas construções. Visa-se com isso compartilhar do ponto de

⁸No Paraná há conhecimento de dois observatórios acadêmicos de mídia. O primeiro deles é o projeto Crítica de Ponta, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Crítica), que conta com um programa televisivo, com duração de 15 minutos, na TV Comunitária do município e também na internet. Já o segundo exemplo, datado de 2010, é o Observatório Paranaense de Mídia, da Universidade Positivo, em Curitiba. Nessa proposta não há nenhum produto jornalístico final (como no caso de Crítica de Ponta, mas sim a produção de artigos científicos). Na primeira proposta, o Observatório estudou a relação entre violência e juventude nos três principais jornais impressos paranaenses (Gazeta do Povo, O Estado do Paraná e Folha de Londrina) e o principal telejornal (Paraná TV) durante o último mês de outubro.

vista de que o telejornalismo não pode ser encarado como algo alheio ao meio (Ciro Marcondes, 2002), fator que faz com que as demandas por audiência influenciem diretamente nas técnicas de produção da mesma forma que em outros tipos de programas televisivos.

Como a intenção foi a de formar diretrizes em torno do telejornalismo como um campo de poder – ora mais, ora menos autônomo, mas sempre imerso em conflitos internos – foi preciso identificar critérios acerca de gêneros básicos dos telejornais, para que houvesse a possibilidade de se compreender como as posições dos atores coletivos no interior do campo podem variar e influenciar nas formações discursivas.

Para Fernando Arteché Hamilton (2008: 101) há duas tendências que resumem a concorrência entre as emissoras no telejornalismo no país: a *padronização*, quase sempre ligada ao gênero *polifônico*, em função de alguns grupos locais serem afiliados de redes de comunicação de alcance nacional; e a *personalização*, percebida em programas mais recentes, cujo teor está no confronto “*contra a predominância de concorrentes mais antigos e com maior audiência. É a busca pelo diferencial a partir do estilo da apresentação, fortemente ligada ao apresentador*”.

A restrição à regionalização de telejornais ligados a redes que priorizam determinados padrões de qualidade faz com que aspectos culturais marcantes de cada região sejam sonogados (Hamilton, 2008). Por isso, a padronização, entre outras características, elimina quase que por completo as manifestações de regionalismo: em nome do padrão de qualidade e de credibilidade, o modelo de cenário é reconhecido em qualquer região do país, assim como as vinhetas; as expressões locais são evitadas, bem como há cuidados prévios com o uso dos sotaques; os vestuários de repórteres e apresentadores são essencialmente similares, independente da veiculação ocorrer no inverno paranaense ou no verão soteropolitano.

À margem dessa sobreposição das técnicas de produção padronizadas frente às culturas locais, a *personalização*, embasada pelo gênero *opinativo*, cria um contexto mais próximo ao cotidiano dos telespectadores, embora seja possível perceber também casos de padronização no gênero *opinativo*⁹.

⁹Transmitido por emissoras afiliadas da Rede Record, as versões regionais do Ba-

Dessa forma, não há como compreender didaticamente o campo do telejornalismo sem subdividi-lo nesses dois grandes gêneros. Para Arlindo Machado (1999: 143), *gênero* é uma maneira “*de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras*”. Entre os destaques dados pelo autor, aquele que alerta para as constantes mudanças pelas quais invariavelmente passam os gêneros (o que só fomenta a importância de trabalhos periódicos de monitoramento), fator que possibilita a heterogeneidade e pluralidade, merece ênfase: “*Não compreender essa vertiginosa variedade pode implicar numa concepção de gênero esclerosada, esta sim desprovida de sentido, anacrônica e irrelevante numa civilização como a nossa*” (Machado, 1999: 145).

Embora já se tenha inferido sobre a padronização, o mesmo não pode ser afirmado a respeito da *personalização*, espécie de *segunda via* dentro do campo do telejornalismo e que ganhou relevância mediante a ascensão das classes populares como consumidores de conteúdos. Isso se dá, sobretudo, a partir do *Plano Real*¹⁰. Nesse contexto, o papel ocupado por produtores voltados às classes populares no interior do campo ganha importância, conforme Pierre Bourdieu:

A maior parte dos discursos que foram ou são pronuncia-

lanço Geral têm o mesmo formato em todo o país, embora os apresentadores expressem opiniões e tentem se apresentar como personalidades autênticas.

¹⁰A discussão levantada por Freire Filho revela que os críticos de televisão quase sempre iniciam o debate sobre o “nível” da TV no Brasil com a alegação de que ele é fruto do acesso das classes trabalhadoras. Historicamente, houve dois períodos em que isso ocorreu: com a abertura de linhas de créditos para a aquisição de aparelhos receptores no final de década de 1960 e com o Plano Real, em 1993. No primeiro caso, a briga por uma garantia de qualidade esteve atrelada “à adequação do uso político do meio, no sentido do fortalecimento dos laços culturais e sociais do país e da fomentação da identidade nacional” (Freire Filho, 2005: 169). Prova disso são os pactos de autocensura em relação a programas apelativos, firmado entre a Rede Globo e a TV Tupi e, mais tarde, em 1981, a “domesticação” da TVS (atual SBT), cuja programação foi atacada pelo próprio mercado publicitário, que fez “valer o seu critério como prestígio e respeitabilidade, concebidos dentro do quadro de referências dos chamados ‘formadores de opinião’. De olho nos grandes anunciantes que, no fim das contas, sustentam as redes privadas de TV, a emissora de Silvio Santos foi mudando paulatinamente sua imagem, num processo que redundou na saída do ar de mais de 20 atrações” (Freire Filho, 2005: 173).

dos em favor do “povo” são obra de produtores que ocupam posições dominadas no campo de produção. (...) o povo, mais ou menos idealizado, costuma ser um refúgio contra o fracasso e a exclusão. Observa-se inclusive que a relação que os produtores provenientes do “povo” mantêm com este mesmo “povo” tende a variar, no próprio curso de suas vidas, de acordo com as flutuações de seu capital simbólico no interior do campo (Bourdieu, 2004: 183).

Ao estar circunscrito, portanto, pelos juízos de valores dos âncoras, programas com essa característica incorporam a *eficácia simbólica do obreirismo*:

Essa estratégia permite que aqueles que podem reivindicar uma forma de proximidade com os dominados apresentem-se como detentores de uma espécie de direito de preempção sobre o “povo” e, desse modo, de uma missão exclusiva (...) mas ele é também o que lhes permite simultaneamente assumir e reivindicar tudo o que os separa de seus concorrentes e mascarar – em primeiro lugar para si mesmos – o corte com o “povo” que está inscrito no acesso ao papel de porta-voz (Bourdieu, 2004: 184).

Ao se estabelecerem como um novo grupo de *capital simbólico*, os telejornais opinativos se apropriam do poder simbólico a partir de discursos, pois “*o poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras*” (Bourdieu, 2004: 166). A partir disso, o autor traça uma segunda condição essencial para a consolidação do poder simbólico ao alertar que um grupo “*só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido (...) dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento*” (Bourdieu, 2004: 167). Assim, o *capital simbólico* no campo do telejornalismo passa a ser mensurado pelos índices de audiência.

Se as relações de poder se constituem mediante os índices de audiência, compreender como as técnicas de produção de um telejornal influenciam nessa ciranda torna-se fundamental. Assim, foram utilizadas na disciplina referências bibliográficas conflitantes sobre o papel da *transmissão ao vivo*, tanto na intervenção que a televisão pode ter,

enquanto meio para a ação política (Machado, 2000) ou, ao contrário, no prejuízo à reflexão que a lógica do tempo utilizada pela TV impõe (Bourdieu, 1997), ou ainda, de câmeras de vigilância ou escondidas.

2 Monitoramento de telejornais

Para que a proposta de monitoramento em conjunto pudesse ser concretizada, houve a necessidade de recolher os materiais. Entre 12 e 20 de maio/2011 foram gravados (a partir de dois computadores com placas de captura) os seguintes telejornais: *Cidade na TV e Programa 190* (CNT); *Paraná TV* (RPC TV) e *Ó TV Jornal* (Ó TV)¹¹; *Boa Tarde Paraná* e *Band Cidade* (Band); *RIC Notícias* (RIC TV); *SBT Paraná* (SBT) e *Jornal Mercosul* (Canal 21).

A escolha deveu-se inicialmente ao fôlego da equipe de discentes para analisar os materiais (o que garantiu potencial para a análise dos nove telejornais sem sobrecargas) e a disponibilidade para gravação dos telejornais, que envolveu um processo de logística, visto que mais que dois programas veiculam simultaneamente e só havia dois computadores aptos à captura. A título de ilustração, foi necessário relegar alguns produtos televisivos importantes, como aconteceu com o *Balanço Geral* (Rede Independência de Comunicação, afiliada da Rede Record) e o *Tribuna da Massa* (Rede Massa, afiliada do SBT), por serem mais longos (fator que coincidiria com a gravação de dois ou mais telejornais do horário). Como o *Tribuna da Massa* é objeto da pesquisa de mesurado de um dos autores deste *paper* e o *Balanço Geral* segue formato muito próximo, com a conclusão do trabalho de dissertação será possível compensar essa lacuna deixada pela observação em conjunto com os discentes.

Para catalogar as observações, foi distribuída aos alunos uma planilha de monitoramento no *Microsoft Excel*, com os seguintes campos: (1) dia, (2) mês, (3) telejornal, (4) temática, (5) tempo, (6) tipo, (7) bloco, (8) retransmissão, (9) cidade, (10) número de fontes (subdivididos em quatro campos) e, finalmente, (11) observações. A avaliação consistiu na elaboração de um artigo científico e no preenchimento da planilha a partir do monitoramento. Como em todos os campos da tabela, com exceção

¹¹Tanto o Paraná TV quanto o Ó TV Jornal pertencem ao Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM).

do último, há a opção de filtros é possível comparar de forma fácil tendências quaisquer entre um ou mais telejornais. Houve o agrupamento de todos os dados em uma única planilha, que serve como mapa para comparar todos os telejornais, podendo, entre outras coisas, facilitar a visualização sobre *agendamento* (1, 2,3 e 8), o *uso de fontes* em determinadas abordagens em um (4 e 10) ou em mais telejornais (3, 4 e 10), preferências de abordagem entre telejornais (3, 4, e 8).

O primeiro grande desafio consistiu nisso, já que houve a necessidade de compilar toda a planilha de forma padronizada (não só por conta da impossibilidade de cada grupo padronizar as retrancas, mas principalmente porque algumas equipes não tiveram tamanho cuidado metodológico no preenchimento).

Para arranjar as peças jornalísticas em grupos foi necessário estabelecer uma divisão entre o que seriam consideradas como materiais de violência e segurança. Ao começar a separá-las, houve a necessidade de criar mais quatro categorias: *segurança/violência*, *trânsito*, *trânsito/violência* e *outras*.

Foram inscritas na categoria *violência* peças jornalísticas cuja abordagem abrangesse a insegurança física e/ou psicológica (desde que, explicitada pela narrativa, no sentido de fomento à *cultura do risco*). Dessa forma, foram classificadas dentro da *temática da violência* (1) as peças que envolviam crimes contra a pessoa, como homicídios, furtos qualificados, violência sexual, maus tratos, além daqueles que, apesar de serem voltados ao patrimônio, foram realizados por pessoas sob o efeito de substância entorpecente. Ainda contemplam essa grande categoria crimes – neste caso, independente da natureza – produtos que fomentem a concepção de *cultura do risco*, ou seja, que abordem a ideia de constante insegurança pela qual passa a sociedade.

Já por *segurança* (2) ficaram entendidas, ainda que de maneira rudimentar, operações policiais de apreensão de drogas e prisões resultantes de investigações policiais. Em um plano mais apurado foram enquadradas como relevantes políticas públicas de segurança e abordagens que envolvam outros campos para o enfrentamento à violência (como medidas de não-violência, por exemplo). Nesta parte foi possível perceber a necessidade de em levantamentos futuros subdividir essa categoria, visto que há uma divisão ideológica gritante entre políticas de *controle*

social perversas, pautadas pelo sistema carcerário e pela inserção de atores mediante os campos da educação e da cultura, por exemplo.

Houve a necessidade da criação de uma terceira categoria, *Segurança/violência* (3), que contempla o resultado de uma operação policial com o acréscimo de casos explicitados na categoria violência. Aqui também estão inseridas peças que abordem políticas públicas e ações de não-violência a partir da exemplificação de crimes dentro da primeira categoria.

Por fim, houve a inclusão em um primeiro momento da categoria *Trânsito* (4), majoritariamente usada para acidentes de trânsitos (que entram nas estatísticas oficiais de mortes violentas) e de *Trânsito/violência* (5), que se resumem a casos de acidentes provocados por razões oriundas da categoria (1).

3 Algumas observações

Ainda que não se tenha a intenção de esmiuçar todos os resultados do monitoramento elaborado por conta do espaço é possível traçar algumas relações entre os campos da comunicação e o da política ao analisar as matérias que atenderam aos critérios estabelecidos no último tópico. Para que seja possível ter uma noção do *corpus* de trabalho, a tabela abaixo traz a distribuição das peças jornalísticas nos nove telejornais, o que permite traçar um mapa genérico da incidência de inserções nos programas por gênero, sendo que foram considerados como *mesclados* os telejornais que agregam tanto características do gênero polifônico quanto do opinativo.

**Total de peças jornalísticas referentes à temática da
violência/segurança por telejornal**

	Emissora	Gênero	Total
<i>Cidade na TV</i>	CNT	Opinativo	12
<i>Programa 190</i>	CNT	Opinativo	79
<i>Paraná TV</i>	RPC-TV	Polifônico	42
<i>Jornal Mercosul</i>	Rede Mercosul	Polifônico	21
<i>Boa Tarde Paraná</i>	Band	Opinativo	37
<i>Band Cidade</i>	Band	Mesclado	32
<i>SBT Paraná</i>	SBT	Mesclado	95
<i>RIC Notícias</i>	RIC	Polifônico	47
<i>Ó TV Jornal</i>	Ó TV	Polifônico	13
Total de incidências			378

Seria fundamental estabelecer características primordiais de cada um dos telejornais para na sequência relacioná-los. No entanto, como o espaço é exíguo, a apresentação será restrita aos telejornais veiculados no horário do almoço. Essas descrições são baseadas nos próprios *papers* produzidos pelos estudantes.

3.1 Telejornais opinativos¹²: Cidade na TV, Programa 190 e Boa Tarde Paraná

Veiculado na Rede CNT, entre 11h e 11h30, *Cidade na TV* é o primeiro telejornal de cunho regional na grade de programação na televisão em Curitiba próximo ao horário do almoço. Apresentado pelo deputado estadual Fábio Camargo (PTB), o espaço do programa foi comprado junto à emissora.

No período de monitoramento¹³ houve 12 inserções sobre o tema no programa. A observação mais curiosa é o fato de não haver nenhuma

¹²A relevância do gênero o Paraná é grande, visto que o estado já “exportou” apresentadores ícones para o restante do país, como Luiz Carlos Alborghetti e Carlos Roberto Massa, o Ratinho. Nos últimos anos, o Programa 190 passou a ser veiculado em Salvador, São Paulo, Brasília, Porto Alegre e, por último, no Rio de Janeiro (com a ida de mais um paranaense para exercer o papel de âncora: Cristiano Santos).

¹³Este telejornal foi o único que teve o monitoramento prejudicado: a edição de

reportagem sobre a temática da violência, embora haja discursos explícitos sobre a sensação de insegurança. Duas são as hipóteses para essa opção editorial: a primeira é o aproveitamento do espaço para fazer política partidária junto ao público, já que o âncora se coloca a todo instante como deputado (as escolhas de temas ligados à falta de infraestrutura como causas da insegurança, como o mato alto em um parque de Curitiba, ou ainda, um terminal viário desativado em Campo Largo, região metropolitana, como “*bocas de fumo*”); a segunda é o fato de na sequência da grade de programação estar o *Programa 190*, apresentado pelo também deputado estadual Roberto Aciolli (PV), entre 11h30 e 12h30, cujo foco está nas notícias que envolvem o setor policial.

Nesse telejornal é possível observar um aspecto diferencial: é, com raras exceções, o primeiro a chegar aos locais dos fatos. O tom ofegante dos repórteres, as imagens trêmulas por conta da tendência de início das narrativas ainda quando o carro de reportagem está na iminência de chegar até a notícia e, não menos importante, o frequente uso de *personagens/testemunhas* ao invés das tradicionais fontes oriundas das organizações policiais colocam o programa e, por conseguinte, o deputado, como mais ágeis que a própria polícia (isso também ocorre no programa *Cidade na TV*, mas aparentemente não pelo mesmo motivo: neste caso, as pessoas se dirigem diretamente ao deputado fazendo pedidos para que ele tome medidas parlamentares para auxiliá-los).

Um aspecto relevante a ser citado é o fato de que na semana de monitoramento o programa passou a ter um *link* ao vivo em Londrina, na região norte do Paraná, o que só aumenta o campo de atuação e de influências do deputado. Deduzir que o deputado deve se candidatar nas próximas eleições à Câmara Federal, que exige mais votos, não é exagero, visto que Londrina é o segundo maior colégio eleitoral do Estado.

Já o *Boa Tarde Paraná* (Band), o único dos três telejornais opinativos observados não comandado por um parlamentar, utiliza o entretenimento (de teor questionável) como elemento de aproximação com a audiência. Val Santos, ex-apresentador do *Tribuna da Massa* (SBT), o mais antigo do gênero em Curitiba, costuma desferir insultos a grupos marginalizados, como homossexuais, alcoólatras, entre outros. Outra

17/05 não foi gravada por problemas técnicos na captura e a do dia seguinte teve 10 minutos não veiculados por conta da falta de energia na emissora.

característica relevante – e que pode ser observada com menor teor no *Programa 190* – é a inversão da significação dos discursos sobre a violência. Por se colocarem com frequência como justiceiros, os âncoras promovem uma verdadeira apologia à violência ao comemorar prisões ou execuções de criminosos em trocas de tiros com a polícia¹⁴, o que só reforça a concepção de proteção à propriedade, destacada ainda na introdução deste trabalho.

A relação entre parlamentar e âncora também merece destaque. É ela que faz com que as construções discursivas (sobretudo nos dois últimos telejornais) sejam conflitantes. A título de ilustração, ao levar o prefeito de Curitiba, Luciano Ducci, para uma entrevista, Aciolli frisa que a cidade voltou a ser um “canteiro de obras” e que diversas pessoas de outras regiões do planeta conhecem e consideram a capital paranaense como desenvolvida – de “primeiro mundo” –, aspecto que se opõe às barbáries que ocorrem diariamente e que são veiculadas pelo próprio programa.

3.2 Telejornais polifônicos do horário do almoço: Paraná TV e Jornal Mercosul

O Paraná TV, veiculado entre meio-dia e 12h50, é o jornal mais assistido pelos curitibanos no horário do almoço. Desde 28 de fevereiro deste ano, o formato do jornal foi alterado, com os apresentadores passando a ler as notícias em pé e, teoricamente, com mais liberdade de movimentação dentro do estúdio. Além disso, houve o reforço de uma tendência imposta pelo “*padrão global de produção*” que reflete na temática da violência e segurança. Como os programas opinativos passaram a ter maior relevância na grade de audiência, o telejornal mudou o foco da cobertura da violência para o campo de direitos do consumidor, o que faz com que o modelo seja o que mais usa os princípios da *cultura do risco* entre os nove telejornais estudados. O monitoramento traz provas qualitativas concretas disso ao mostrar que praticamente inexitem peças jornalísticas com foco na violência (apenas uma reportagem sobre um assalto a um ônibus de sacoleiros na região; um homem que matou outro ao reagir a uma tentativa de roubo à casa do primeiro e, por fim,

¹⁴Roberto Aciolli, inclusive, responde um processo por ter cometido um homicídio em pleno centro de Curitiba, em 1999.

uma escola da região metropolitana de Curitiba que teve as aulas interrompidas por conta de uma ameaça semelhante ao caso Realengo¹⁵ em 42 inserções).

Já o *Jornal Mercosul*, possivelmente o com menor índice de audiência no horário de almoço, ocupa-se pouco das temáticas. Foram 22 inserções, metade delas em notas peladas. Um aspecto relevante do telejornal é o fato da utilização de entrevistas com especialistas das mais diversas áreas, o que traz ao telespectador abordagens distintas dos outros telejornais, como a cobertura do *Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* (em 18/05).

Considerações

A observação de telejornais em conjunto com um grupo discente é uma tarefa árdua, que demanda tempo e paciência como parece ser também qualquer atividade ligada à docência. Para se ter um parâmetro, apenas o processo de checagem de preenchimento da planilha de monitoramento levou mais de 40 horas (o tempo de gravação bruta). Apesar de tamanha empreitada, os resultados empíricos do monitoramento trouxeram vários questionamentos à tona – alguns deles apenas dispostos neste curto artigo – traçando uma relação entre reflexão teórica em sala de aula e pesquisa de campo.

Entre as percepções interessantes está aquela que vai, de certa forma, na contramão da argumentação da Arteché (2008) de que a *polifonia de vozes* aumenta o leque de argumentações acerca de determinado tema. Ela não garantiu a isenção partidária do gênero por conta da pluralidade de fontes nesses telejornais, colocando o *Band Cidade*, o *Paraná TV*, o *Ó TV Jornal* e o *RIC Notícias* claramente como apoiadores dos administradores que comandam o Estado e a prefeitura de Curitiba e, do outro lado, o *Jornal Mercosul* como opositor. Isso apenas aponta

¹⁵Na semana anterior ao monitoramento (em 07/12), Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro, entrou na escola efetuando disparos contra os alunos. No final, 12 crianças foram mortas, além de Wellington (que se suicidou). O caso teve ampla repercussão da mídia nacional e, na semana seguinte, dois casos “semelhantes” ocorreram no Paraná, em Cambé, próxima a Londrina, e em Fazenda Rio Grande, na região metropolitana de Curitiba: ambos eram falsas ameaças, mas serviram para fomentar a sensação de insegurança dentro das escolas.

para a relação direta entre os dois campos que se sobrepõe à discussão de gêneros.

Por outro lado, a questão de gênero também mostra relevância, sobretudo para os telejornais opinativos. Foi possível observar uma formação discursiva que remete para críticas a essas mesmas esferas de governos, mesmo na Band, a emissora mais emparelhada com essas gestões – muito pela *eficácia simbólica do obreirismo* adotada pelos produtores do gênero opinativo, destacada por Bourdieu (2004) para discutir o papel de atores coletivos dentro dos campos de poder. Isso denota empiricamente que é preciso superar os modelos de análises estritamente ligados ao paradigma *marxista-instrumental* ou ao *liberal-clássico*, conforme alertado teoricamente por Lima (2001).

Outro aspecto que mereceria uma empreitada acadêmica à parte é a cobertura dos telejornais ao caso da VC *Consultoria*, uma empresa de empréstimos consignados para pensionistas e aposentados do INSS que foi fechada por estelionato em Curitiba durante o monitoramento. O tema foi agendado em todos os telejornais, mas como a empresa era uma das grandes anunciantes na maior parte dos veículos, a cobertura teve vários enfoques – por vezes conflitantes.

Assim, a observação sistemática de telejornais permite notar que, apesar de as técnicas de produção serem consideradas por alguns pesquisadores como inocentes, neutras, propiciadoras da famigerada *democracia eletrônica*, essas tecnologias de mídia, “quando inseridas nas atividades sociais, nas formas de sociabilidade, ou melhor, nos jogos das forças sociais, nesses casos se transformam em técnicas sociais” (Ianni, 2003, p. 156). É possível perceber os aspectos ideológicos das técnicas de produção no uso de imagens capturadas por câmeras de segurança e pelas próprias transmissões ao vivo. Essas técnicas sociais acabam por reinventar a política e a comunicação ao fomentarem a *cultura do risco*. Os critérios de noticiabilidade – embasados pela lógica do espetáculo, pela mistura entre discursos jornalísticos e publicitários, pela apologia ao consumo de produtos da indústria da segurança e, por fim, pela estigmatização de determinados grupos sociais, representantes das *classes perigosas* – faz com que haja uma exacerbação do medo na televisão, que parece ser uma forma de controle social. Isso não só indica que os estudos interdisciplinares entre comunicação e política devem ser constantemente realizados, mas reforça à ideia de que

é possível compreender a sociedade a partir dos telejornais – o melhor argumento para observá-los com zelo.

No mais, a compreensão da sociedade a partir dos telejornais também pode levar à necessária identificação dos valores defendidos pela mídia, na medida em que os conteúdos jornalísticos veiculados demonstram, tanto explicita como implicitamente, o posicionamento existente por entre véus de imparcialidade e neutralidade, no caso dos noticiários *polifônicos*, como também no bojo das opiniões manifestadas por âncoras e repórteres, no caso dos noticiários *opinativos*. Disso resultam, com clareza, as noções que levam à constatação da ligação permanente entre o jornalismo, entendido como forma de comunicação midiática, e a política, campos interligados por relações de poder nem sempre visíveis na sociedade.

Referências

- Bourdieu, P. (2004). *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Brandão, H. (2004). *Introdução à análise do discurso*. ed.2. Campinas: Ed. Unicamp.
- Castel, R. (2005). *A insegurança social: o que é ser protegido*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Marcondes Filho, C. (2002). *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. 2 ed. São Paulo: Hacker Editores.
- Durkheim, É. (2007). *As regras do método sociológico*. ed. 3. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire Filho, J. (2005). “Memórias do mundo cão: 50 anos de debates sobre o “nível” da TV no Brasil”, in: Bounanno, M. & Lopes, M.I.V. (org.) *Comunicação social e ética*. São Paulo: Intercom.
- Hamilton, F.A. (2008). “Monitorando telejornais: desafios e perspectivas”, in: Christofolletti, R. & Motta, L.G. *Observatórios de Mídia: Olhares de cidadania*. São Paulo: Paulus.

- Ianni, O. (2003). *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2008). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições da vida da população*. Rio de Janeiro. Disponível em: Ibge. Acesso em: 10/07/2011.
- Lima, V.A. (2001). *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Machado, A. (1999). “Pode-se falar em gênero na televisão?”, in: *Revista Famecos*, Porto Alegre, nº 10, p. 142-158, jun. Semestral. Disponível em: Revista. Acesso em: 19 jul. 2010.
- Machado, A. (2000). *A televisão levada a sério*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac.
- Martín-Barbero, J. & Rey, G. (2001). *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac.
- Rubim, A.A.C. (2000). *Comunicação e Política*. São Paulo: Hackers Editores.
- Santaella, L. (2001). *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Racker Editores.
- Weber, M. (1968). *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.